

Os limites do corpo na sociedade do consumo: uma reflexão sobre o corpo das mulheres.

Juliana Nunes.

Cita:

Juliana Nunes (2019). *Os limites do corpo na sociedade do consumo: uma reflexão sobre o corpo das mulheres*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1102>



Os limites do corpo na sociedade do consumo: uma reflexão sobre o corpo das mulheres

Juliana Nunes

Resumo

Na comunidade primitiva, antes do aparecimento do excedente econômico, diferenciavam-se trabalho de homens e de mulheres, sendo a divisão sexual a primeira forma de divisão do trabalho. Contudo, o desaparecimento da economia de subsistência forjou relações sociais sexualmente diferenciadas, havendo por base, por um lado, a produção para o mercado (criadora de valor), e de outro, tornou invisível a importância econômica da reprodução da força de trabalho e sua função para o capital. O processo de transformação do trabalho com vistas a acumulação do capital foi acompanhado da transformação do uso dos corpos, sobretudo construída a partir da hierarquização de gênero, com evidentes aprofundamentos distintivos balizados por classe e “raça”, em seguida, outros marcadores se articularam produzindo um verdadeiro estranhamento entre os indivíduos e seus corpos. Estes, foram transformados em máquinas de trabalho e sujeição das mulheres, com fulcro na reprodução da força de trabalho, sendo esta fundamental para a reprodução do capitalismo, pois intensifica e oculta a exploração. Se a existência é antes de tudo corporal, logo a transformação e consolidação desse corpo em mercadoria na cultura contemporânea do consumo, nos leva a questionar se a nova forma de apropriação dos corpos das mulheres, conduz ao esvaziamento e desaparecimento destes em um curto espaço de tempo. A referida proposta tem como fito analisar no contexto contemporâneo as estratégias e capturas do capital para (re) inventar formas de apropriação dos corpos das mulheres, refletindo a redução de custos e maximização da acumulação. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave

Gênero, Trabalho, Exploração, Capitalismo, Corpo.

Introdução

Ao discutir o mundo do trabalho, importa-nos destacar que o trabalho é categoria central para a compreensão do fenômeno humano social. A transformação de matérias naturais em produtos que atendam às necessidades humanas, configura o trabalho.

No processo de produção, os indivíduos estabelecem entre si determinadas relações



sociais, através das quais extraem da natureza o que necessitam. A produção determina o objeto do consumo e o modo de consumo, criando também o consumidor. O trabalho é uma atividade criadora, teleologicamente orientada, ou seja, atividade exclusivamente humana, podendo ser trabalho produtivo - que produz riqueza e está diretamente ligado à extração de mais-valia e, conseqüentemente, à acumulação - e, reprodutivo - relacionado à reprodução da força de trabalho (Marx, 2013).

As relações materiais estabelecidas entre as pessoas e o modo como estas produzem, conformam a base de todas as suas relações. A forma econômica em que produzem e consomem são transitórias e eminentemente históricas. Assim, ao passo que se adquirem novas forças produtivas e alteram o modo de produção, também mudam as relações econômicas.

Os instrumentos e habilidades que possibilitam o controle das condições naturais para a produção informam o conceito de forças produtivas. O conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade formam sua estrutura.

Neste conjunto de elementos designado forças produtivas, a força de trabalho seria a mais relevante entre elas. O conceito de relações sociais de produção, reflete as diferentes formas de organização da produção e distribuição, a posse e os tipos de propriedade dos meios de produção, se constituindo em desigualdades, que se expressam na forma de classes sociais.

A distribuição dos meios de produção e do produto e o tipo de divisão social do trabalho em uma sociedade, em um determinado período histórico, instituem as relações de produção. A cada segmento da sociedade cabem tarefas, que variam em quantidade do produto social, já que eles ocupam posições desiguais no concernente ao controle e propriedade dos meios de produção. Assim, o tipo de divisão do trabalho corresponde à estrutura de classes da sociedade (ibidem).

Importa a este estudo destacar que, na comunidade primitiva, antes mesmo do aparecimento do excedente econômico, diferenciavam-se trabalho de homens de trabalho de mulheres, sendo a divisão sexual a primeira forma de divisão do trabalho, havendo posteriormente as divisões entre ocupações agrícolas e artesanato, depois entre campo e cidade e entre atividades manuais e intelectuais (Nogueira, 2011).

O processo de produção e reprodução através do trabalho é atividade humana fundamental, a partir da qual se constitui a história da sociedade. No modo de produção encontra-se a estrutura econômica da sociedade. Na produção da vida social os



indivíduos forjam-se também as ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento, modos de pensar e concepções de vida, esta é a superestrutura.

Em contexto contemporâneo, na esteira do trabalho formal e informal, produtivo e reprodutivo, deve-se atentar para o uso dos corpos das mulheres na esfera do trabalho que por um longo período fora invisibilizado, pouco investigado e problematizado. Relevante destacar que as relações sociais de sexo são entendidas como relações desiguais e hierarquizadas, na relação entre homens e mulheres, bem como na relação capital e trabalho, sendo a distinção produção/reprodução, fundamental para a manutenção do modo de produção capitalista.

Segundo Kergoat (2009), as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino pautado no biológico, mas sim, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de divisão sexual do trabalho.

Adotamos para fins de análise a categoria relações sociais de sexo, que se opõe ao determinismo biológico, normativo e positivista, na abordagem sobre as diferenças entre os sexos. As relações sociais de sexo configuram-se como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder.

É sobre o corpo que são fixados alguns atributos do ser homem e ser mulher. Atributos construídos socialmente, variando no tempo histórico e nas culturas, mas de tal forma articulados que passam a ser percebidos como parte da natureza do homem e da mulher.

Do ponto de vista do trabalho, o desaparecimento da economia de subsistência forjou relações sociais sexualmente diferenciadas, havendo por base, por um lado, a produção para o mercado (criadora de valor) e, de outro, tornou invisível a importância econômica da reprodução da força de trabalho e sua função para o capital. Assim, o processo de transformação do trabalho com vistas à acumulação do capital foi acompanhado da transformação do uso dos corpos, sobretudo construída a partir da hierarquização de gênero, com evidentes aprofundamentos distintivos balizados por classe e “raça”. Estes foram transformados em máquinas de trabalho e sujeição das



mulheres, com fulcro na reprodução da força de trabalho, sendo esta fundamental para a reprodução do capitalismo, pois intensifica e oculta a exploração.

Cumprir destacar que as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis e que formam epistemologicamente um sistema. Encontra-se em todas as sociedades conhecidas, é estruturante para o conjunto do campo social e transversal à totalidade do campo, se configurando como um paradigma das relações de dominação. O que está em jogo não é apenas a ordem epistemológica, mas também a ordem política.

Os corpos das mulheres, dentro dessa lógica, passa a ser estratégia da divisão sexual do trabalho e suas relações, aliados ao modelo patriarcal, que inclui a sua submissão mas também a sua exploração, como fins de ganhos significativos na produção, automatização e consolidação desse modelo societário.

As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho

As transformações pelas quais passam o mundo do trabalho desvelam desdobramentos das desigualdades estruturais entre homens e mulheres, havendo como elemento significativo para a sua análise o conceito de divisão sexual do trabalho. O sexo é uma condição biológica que diz respeito aos caracteres biofísicos e assinala uma diferença entre os seres humanos. Ao nascer, o sexo é definido pela evidência dos caracteres sexuais primários, contudo, ser homem ou ser mulher e agir de acordo com o que a sociedade acredita ser natural do homem e próprio da mulher, pouco ou nada tem a ver com essa natureza biológica e a fisiologia de cada corpo.

É sobre o corpo que é fixado os atributos do gênero. Atributos construídos socialmente, variando no tempo histórico e nas culturas, mas de tal forma articulados que passam a ser percebidos como parte da natureza do homem e da mulher.

Mediante esses vínculos socialmente constituídos e tão fortemente arraigados ao longo da história, esta construção de estereótipos do que é ser homem e ser mulher, faz com que as pessoas não se deem conta disso quando questionadas.

Problematizar a divisão sexual do trabalho pressupõe pensar a dialética dos fenômenos da reprodução social, suas variações, deslocamentos e rupturas. No presente estudo, desconsiderar a existência dessa divisão, significa ignorar as novas configurações que o corpo assume nas transformações significativas do mundo do trabalho.

Portanto, segundo Kergoat:



A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). (Kergoat, 2009, p. 67)

A busca pela discussão a partir da divisão sexual do trabalho se dá a partir da compreensão de que esta categoria, configura-se como um instrumento e desvelamento do real, mais especificamente, das relações de exploração da sociedade, portanto, discutir corpo, numa abordagem ontológica histórica, pressupõe ir além das aparências. E a problemática da divisão sexual do trabalho se inscreve na tradição das discussões de gênero, precisamente por adentrar o senso comum, as aparências.

Para Kergoat (2009), o conceito de superexploração apresenta limitações para a análise da realidade, uma vez que não existem apenas discriminações quantitativas, mas também qualitativas. Assim como sexo, a “raça” e a classe são mobilizadas e reorganizadas para construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo.

Segundo Souza-Lobo (2011), o sexismo e racismo são questões políticas que fazem parte do dia a dia das mulheres que procuram emprego, vão a hospitais ou postos de saúde, abortam escondidas como criminosas, amam, andam pelas ruas, cuidam dos filhos.

Nesta interrelação entre classe, “raça” e gênero, o capitalismo tem atuado, no sentido de ampliação, não apenas do exército industrial de reserva, mas no espraiamento da capacidade de exploração do trabalho.

Danièle Kergoat (2010) desde 1970-1980 mobilizou esforços acerca da consolidação do conceito de consubstancialidade (das relações sociais) e coextensividade (sua propriedade essencial) para compreender as práticas sociais de homens e mulheres, sobretudo, frente à divisão sexual do trabalho.

Argumenta que a tripla dimensão classe – raça– gênero não se deixa capturar por formas geométricas como soma, intersecção e multiposição, uma vez que elas são móveis, ambíguas e até mesmo ambivalentes. Assim, consubstancialidade se configura como o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e



construindo-se de maneira recíproca e a coextensividade está relacionada ao dinamismo das relações sociais, buscando dar conta do fato de que as elas se produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 100).

Os aspectos constitutivos da consubstancialidade e da coextensividade, mediante o cruzamento das categorias de raça/gênero/classe, faz com que não possamos argumentar no âmbito de uma única relação. Quando analisamos o ingresso da mulher no mercado de trabalho, observamos que esta entrada é marcada por diferenciações quando relacionada aos homens, pois as mulheres continuam a receber menores salários e acumulando o trabalho em âmbito doméstico, isso como exemplos de diversas outras discrepâncias.

A divisão sexual do trabalho, associada à divisão sexual do poder e à categorização do sexo, formam o tripé de sustentação, ou, as três atividades que expressam as relações sociais de sexo. A primeira diz respeito à organização do trabalho entre os dois grupos de sexo. A segunda, divisão sexual do poder, desvela mecanismos pelos quais os homens fundam a natureza do poder na divisão das funções produtivas (exercidas na esfera do trabalho) e reprodutivas (exercidas na esfera da família), o domínio do público e do privado. Sobre a última, a categorização do sexo, segue-se de todo um sistema de normas, valores, atributos, características fixadas entre a oposição binária de 'homens' e 'mulheres', estabelecendo a partir do referente masculino a dominação sobre as mulheres (Devreux, 2011).

Para Nogueira (2011), a divisão sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, fundamentando sua desvalorização da força de trabalho e, conseqüentemente, desencadeando uma acentuada precarização do feminino no mundo produtivo.

O trabalho precário é predominantemente feminino e isto se deve ao fato de que são nestes empregos (informais, de tempo parcial e terceirizado) que as mulheres articulam as atividades domésticas (trabalho reprodutivo) ao trabalho na esfera pública (trabalho produtivo). É conveniente ressaltar que tal conciliação aparece como responsabilidade exclusiva do sexo feminino. Tudo isso representa para elas regressão dos direitos sociais e trabalhistas, perceberem salários inferiores e ausência de proteção sindical (Hirata, 1998; Antunes, 2006).

As desigualdades se aprofundam quando observamos as relações entre os sexos. Devemos considerar que a essência da divisão social do trabalho é a desigualdade,



dividindo a sociedade em proprietários e não-proprietários dos meios de produção, a divisão sexual do trabalho distribui os gêneros para atividades desiguais, onde umas são mais valorizadas que as outras, entre o mundo da produção e o da reprodução.

A permanência dessa fragmentação entre o mundo do trabalho/produtivo e o mundo doméstico/reprodutivo tem como uma das causas fundamentais a ideologia, que oculta a diferenciação entre a biologia e a história, privilegiando o papel reprodutivo feminino, em detrimento da sua intervenção no mundo social.

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho tem levado à inúmeras discussões sobre o conteúdo desse trabalho, a sua distribuição no mercado e a sua relação competitiva com o trabalho masculino, tendo em vista, por exemplo, o aumento do nível de escolarização das mulheres, além da elevação no índice de desemprego dos homens em atividades que sofreram o impacto da reestruturação produtiva, sobretudo a partir da década de 1990.

A participação das mulheres em atividades fora do ambiente doméstico foi acompanhada pela extrema segregação ocupacional no mercado de trabalho com a criação de nichos “tipicamente” femininos, os quais procuram ressaltar muitas vezes certas “qualidades” referidas ao sexo como destreza, meticulosidade, paciência.

As relações sociais de sexo constituem-se como grupos de interesses antagônicos (grupo social de homens versus grupo social de mulheres), não sendo confundidos com a oposição biológica macho-fêmea. No sentido marxista, uma relação social é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos, portanto, formam assim duas classes que representam interesses que se divergem.

Essas relações sociais de sexo são expressas pelas seguintes dimensões:

a relação entre os grupos assim definidos é antagônica; e as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; - essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a 'mudança de mentalidades' jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la; - essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação. (Kergoat, 2009, p.71).

Esse ponto, traz à tona o debate sobre o corpo nas transformações do mundo do



trabalho sob moldes capitalistas, anteriormente, levantamos como a centralidade do corpo ganha espaço na transição para a sociedade do capital, agora importa, também, problematizar como as novas configurações do trabalho, mediante a precarização, flexibilização do emprego, tornam essas relações sociais de sexo mais arbitrárias, aprofundando o modelo patriarcal de dominação das mulheres, e como este incide sobre os seus corpos.

Apropriação dos corpos das mulheres: um debate necessário na sociabilidade do capital

Neste ponto, situamos a discussão a partir dos pressupostos teóricos de alguns autores, que partem da perspectiva de que, o capitalismo não surgiu como uma evolução da sociedade feudal, mas, como resposta ao modelo feudal conflitivo. Este, que, já em seu cerne, apresentava um enfrentamento de classes a partir das relações nos estamentos, onde os servos já resistiam à servidão imposta.

Uma vez em que a escravidão nunca fora completamente superada, foi desenvolvendo-se uma “nova” relação de classe que vem a uniformizar as condições dos antigos escravos e dos trabalhadores livres (Dockes, 1982 cit. por Federici, 2017):

Do ponto de vista das mudanças introduzidas na relação senhor-servo, o aspecto mais importante da servidão foi a concessão aos servos do acesso direto aos meios de sua reprodução. Em troca do trabalho que estavam obrigados a realizar na terra do senhor, os servos recebiam uma parcela de terra que podiam utilizar para manter-se e deixar a seus filhos ‘como uma verdadeira herança, simplesmente pagando uma dívida de sucessão’. Este acordo aumentou a autonomia dos servos e melhorou suas condições de vida, já que agora podiam dedicar mais tempo à sua reprodução e negociar o alcance de suas obrigações, em vez de serem tratados como bens móveis, sujeitos a uma autoridade ilimitada. O que é mais importante, por terem o uso e a posse efetiva de uma parcela de terra, os servos sempre dispunham de recursos; inclusive, no ponto máximo de seus enfrentamentos com os senhores, não era fácil forçá-los a obedecer pela ameaça de passar fome. É verdade que o senhor podia expulsar da terra os servos rebeldes, mas isso raramente ocorria, dadas as dificuldades para recrutar novos trabalhadores em uma economia bastante fechada e devido à natureza coletiva das lutas camponesas. É por isso que, no feudo, como apontou Marx, a exploração do trabalho sempre dependia do uso direto da força. (Federici, 2017, pp.48-49).

Com isso, não se quer dizer que não existiam diferenças, antagonismos sociais, mas que, as servas, eram menos dependentes de seus parentes do sexo oposto, se diferenciavam menos fisicamente e pouco subordinadas a suas necessidades, do que,



em breve, estariam as mulheres “livres” da sociedade capitalista (Federici, 2017). A mulher estava atrelada à unidade familiar e era como qualquer um dos membros “servos”, para os senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade destes servos, com isso, havia todo um controle sobre estes.

Nestas sociedades, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e, de certa forma, a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres.

Os primeiros indícios de reações sexistas e misóginas contra as mulheres se deu a partir de uma suposta independência feminina, dada pela sua presença na vida social das cidades, e pelo acesso às ocupações que,

posteriormente, vão ser elencadas como trabalho masculino. A reação se deu através dos sermões dos padres, e pelas narrativas da literatura. Vale destacar o papel fundamental que teve os hereges na idade do medievo, representando, assim, o maior movimento social do período, batendo de frente à ordem vigente, indo contra as conformações que a Igreja impusera para a manutenção do status quo. Relevante também foi o papel das mulheres dentro do movimento herético, pois foram elas, que deram vida a muitos desses movimentos espalhados pela Europa. Provinham das camadas mais pobres da sociedade de servos e dentre as suas bandeiras era o controle de sua função reprodutiva.

Interessante destacar que, no período em questão, a estabilidade econômica e social estava abalada pela catástrofe demográfica causada pela Peste Negra, esta que destruiu mais de um terço da população Europeia, e, se acentuava, com o controle da natalidade pelas mulheres. Isso implicava, uma baixa no número de nascimentos entre os servos, conseqüentemente, poucos indivíduos, para exploração e manutenção do poder.

A resposta a isso foi o empreendimento de esforços para uma verdadeira contrarrevolução sexual, para cooptar os mais jovens e rebeldes, o acesso a sexo gratuito e a hostilização contra as mulheres, a descriminalização do estupro, nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa, são exemplos, da legalização pelo Estado de um verdadeiro ataque sexista e misógeno. Além disso, a igreja também se engajou nessa preocupação com o crescimento populacional, informando que ‘as mulheres são necessárias para produzir o crescimento da raça humana’ (Federici, 2017)



Neste quadro onde à crise do poder feudal era uma realidade, o desenvolvimento do capitalismo, se deu não só pelo processo de acumulação primitiva, mas segundo a mesma autora, pela concentração de vários fatores, como:

iv. A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e nas plantações do Novo Mundo não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado e 'acumulado';

ii. Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das 'bruxas';

iii. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisão dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a 'raça' e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno;

iv. Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem (...) pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta. (Federici, 2017, p.119).

Percebe-se que não se pouparam esforços para retirar das mulheres seu controle reprodutivo, fazendo com que estas experimentassem uma verdadeira alienação dos seus corpos, de seu trabalho e de seus filhos, encarcerando as mulheres à atividade reprodutiva de um modo como não visto em sociedades anteriores. Forçá-las a 'produzir filhas e filhos para o Estado' é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho (Federici, 2017).

Observa-se que, a partir disso, há todo um investimento e uma verdadeira caça às



mulheres como imprescindíveis ao desenvolvimento do modelo capitalista, recentemente instaurado. As mulheres e seus corpos, tornavam-se assim, um bem comum, estabelecendo uma nova ordem patriarcal, onde a dependência se dava aos seus empregadores e aos seus homens. O poder exercido pelos seus maridos se dava tanto nas classes mais abastadas, como nas mais pobres, a propriedade conferiu poder aos homens das classes altas, sobre as suas esposas e o não acesso ao salário das mulheres das classes baixas, pelo confinamento ao trabalho reprodutivo não assalariado, conferiam poder aos homens das camadas mais pobres sobre as suas mulheres.

Sobre esta base, foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista. (Federici, 2017, p. 232).

As estratégias desse novo modo de produção e suas investidas foram de dimensões estratosféricas, a criação de uma mão de obra disciplinada e uma mentalidade capitalista se tornam meta, no que tange também, aos aspectos mais arraigados do indivíduo. Nesse sentido, os corpos, são fundamentais na luta burguesa pela apropriação e exploração profunda dos trabalhadores, a alienação dos corpos dos trabalhadores, sua subordinação e controle, são aspectos essenciais na relação entre capitalista e trabalhador.

A mecanização dos corpos, enquanto filosofia capitalista do trabalho, aponta não apenas para a intensificação da sujeição dos corpos dos trabalhadores, mas também para a maximização da sua utilidade social. Uma vez reduzidos a uma ferramenta, os corpos, deveriam ser abertos à manipulação ilimitada, fazendo com que a classe dominante tivesse o total controle da natureza individual, num verdadeiro 'sistema de sujeição', onde o comportamento do indivíduo pode ser calculado, organizado, pensado tecnicamente e 'investido de relações de poder', transformando todos os aspectos corporais em força de trabalho (Federici, 2017)

O corpo-máquina era a partir daqui a condição necessária para a racionalização capitalista do trabalho, nesse sentido, houve uma verdadeira campanha para a maximização da força de trabalho, investindo nessa construção do novo indivíduo, homogeneizado em seu comportamento.



Segundo Federici (2017), a obtenção disso se deu a partir do auxílio e controle das mulheres, o adensamento do seu trabalho reprodutivo, a caça às bruxas, a condenação do aborto e da contracepção como um malefício, o que deixou o corpo feminino – o útero foi reduzido a uma máquina para a reprodução do trabalho – nas mãos do Estado e da profissão médica.

O corpo ideológico proletarizado tornou-se também o corpo fiscalizado, controlado de suas paixões e vícios, a conversão deste em ‘bons modos’ e ‘boas maneiras’, a conquista de seus mais íntimos segredos fez parte de um grande processo de ‘colonização’ do proletariado por parte da burguesia e uma forte administração do que estes consideravam como ‘vadiagem’ e excessos, exemplo disso, o controle das horas de lazer, do uso do álcool, para a burguesia isso desvirtuava o proletariado da disciplina necessária ao trabalho. Progressivamente, o corpo foi sendo dominado, desnaturalizado, oprimido e explorado, num enfrentamento constante, esse corpo ‘rebelde’, precisava ser domesticado, passando a ser reconduzidos e subordinados à racionalização e a sociabilidade do capital. Não obstante, a apropriação histórica do corpo das mulheres foi, sem dúvida, um grande impulsionador à acumulação capitalista, contemporaneamente esses corpos vão se transformando em mercadoria na cultura de consumo.

Reflexões finais – As novas configurações do mundo do trabalho capitalista: qual o reflexo para os corpos das mulheres?

Uma discussão mais aprofundada sobre as novas configurações no mundo do trabalho e como isso reflete diretamente nos corpos das mulheres, pressupõe entender que essa divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Segundo Kergoat cit. por Cisne:

Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (CISNE, 2015, p.121).

Portanto, se as relações de trabalho “evoluem”, no sentido da exploração, se intensificam a exploração do trabalho das mulheres. A feminização do trabalho, sob moldes capitalistas, naturaliza a subalternidade das mulheres, como exemplo disso, tornam naturais, atributos ditos “femininos”, estendendo esses aspectos para um suposto “dom natural”, ou habilidade própria. O resultado disso, é a apropriação pelo capital, dessas atividades consideradas dons, e não trabalho, justificando a não



remuneração pelos trabalhos domésticos, tornando esses serviços necessários a reprodução do capital.

O processo que se consolidou nos últimos vinte anos para o capitalismo mundial, é denominado de 'mundialização do capital', este sob a hegemonia do capital financeiro. Neste quadro que se impõe, corpo e mente tendem a ser impulsionados pelo capital para se integrarem à produção do valor, supondo uma nova relação corpo-mente, não apenas com uma disposição psico- cognitiva, acrescido a isso, uma nova postura corporal – denominada de 'compreensão psicocorporal' - capaz de recompor a subjetividade do trabalho vivo nas condições de acumulação flexível. (Alves, 2005)

Nesta nova implicação subjetiva, o corpo parece ser a última subversão do capital, não se emancipando da disciplina do capital, mas constituindo-se como uma nova relação psicocorporal, que busca preservar um componente essencial das sociedades capitalistas: um corpo útil, produtivo e submisso. (Alves, 2005)

Para além desses componentes podemos citar, que diante das novas configurações, um elemento novo surge para cooptação desse corpo, é o que Goldemberg (2001), chama de 'corpo capital', um corpo distintivo, à luz de Bordieu, a partir da valorização de determinadas práticas. Sendo que este se subdivide em algumas classificações, a saber: física, simbólica, econômica e social.

Podemos citar como característica desse corpo físico distintivo, a supervalorização na atualidade, por um corpo, jovem, malhado e sexy. No tocante à esfera social, que se caracteriza pelo corpo como ferramenta fundamental de status e ascensão social, percebe-se que os corpos das mulheres só ganham centralidade no que tange à sua objetificação e pelo viés da mercantilização. O investimento e as preocupações com os corpos são visíveis nos objetivos e estratégias de consumo do capital. Agora, para além da sua expropriação para o mundo do trabalho, mas como corpos consumidores para a lógica do capital. Expropriados, explorados, objetificados, mercantilizados, consumidores, são possíveis respostas de como o mundo do trabalho se flexibiliza na barbárie do capital, o reflexo disso são novas e reeditadas formas de apropriação dos corpos das mulheres, agora como mercadoria, como desdobramentos da manutenção da sociabilidade do capital.

Referências

Alves, G. (2005). Trabalho, Corpo e Subjetividade: Toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. Revista: Trabalho, Educação e Saúde. v.3.n.2, pp.409-428.



- Antunes, R. (2006). Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ed. Boitempo, São Paulo.
- Cisne, M. (2015). Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 2 ed. São Paulo: Outras expressões.
- Devreux, A. M. (2001). A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. Tradução: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Recife: Ano V, N. 4.
- Federici, S. (2017). Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.
- Goldenberg, M. (2019). Corpo, Envelhecimento e Felicidade na cultura brasileira. Ed. 18. Vol. 9 N. 2. 2001. Acesso em 14 de julho de 2019 em <https://bit.ly/3i30zVY>
- Hirata, H. (1998). Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações do trabalho. São Paulo: Edusp.
- Kergoat, D. (2009) Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Dicionário crítico do feminismo. Helena Hirata (orgs. São Paulo: Editora Unesp.
- Marx, K. (2013). O capital: crítica a economia política. Livro I, São Paulo: Boitempo.
- Nogueira, C. M. (2011). O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo, Expressão Popular.
- Souza-Lobo, E. (2011). A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo. Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense.